

PROJETOS DE ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA E HUMAITÁ: UM ESTUDO DE DESEMPENHO ECONÔMICO EM DOIS PERÍODOS

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista¹ SOUZA, Elyson Ferreira de²
MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes³

RESUMO: Os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD's), instalados no Acre, a partir de 1976, por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram apresentados como uma proposta de desenvolvimento promissora para a atividade agrícola, alicerçada nos moldes da agricultura familiar. Dentre esses projetos, foram criados os PAD's Boa Esperança e Humaitá, localizados nos municípios de Sena Madureira-AC e Porto Acre-AC, respectivamente. No entanto, a pequena produção familiar agrícola desses assentamentos enfrenta diversos e difíceis obstáculos para se estabelecer no modelo da agricultura moderna. Diante destas limitações, busca-se transformar essa realidade mediante a implementação de políticas públicas. Contudo, não pode haver transformação sem o conhecimento empírico dessa realidade. Considerando a carência de estudos sobre a situação sócio-econômica da produção familiar rural na Amazônia Ocidental, especificamente no Estado do Acre, a partir de 1996, o Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre (UFAC), iniciou o Projeto Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre (ASPF), com o objetivo de pesquisar três sistemas de produção predominantes na região do Vale do Acre, o extrativista, o agrícola e o agroflorestal. Este estudo propõe-se a analisar e comparar o desempenho sócio-econômico dos PAD's Boa Esperança e Humaitá, situados no contexto do sistema agrícola, na região do Vale do Acre, utilizando como referência os ciclos produtivos de 1996/1997 e 2005/2006, mediante indicadores de resultados econômicos adequados à região. Os resultados apontam que, apesar da aparente melhora nos rendimentos das famílias pesquisadas, a parcela de renda apropriada pelos produtores ainda continua insuficiente para a reprodução das famílias, tendo em vista seus gastos no mercado, além da redução da eficiência econômica entre as unidades produtivas analisadas.

PALAVRAS-CHAVES: Agricultura familiar; Projetos de Assentamento Dirigidos; Análise Econômica.

ABSTRACT: The Projects of settlements Addressed (PAD's), installed in Acre, since 1976, through the Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), were presented as a proposal for a promising development for the agricultural activity, rooted in the way of family farming. Among these projects have been created the PAD's *Boa Esperança* and *Humaitá*, located in the municipalities of Sena Madureira and Porto Acre, state of Acre, respectively. However, the small family agricultural production such settlements faces several obstacles and difficult to establish the model of modern agriculture. Given these limitations, finding themselves transform that reality through the implementation of public policies. However, there can be processed without the knowledge of this empirical reality. Considering the lack of studies on the socio-economic situation of rural family production in the Amazon West, specifically in the state of Acre, since 1996, the Department of Economics, Federal University of Acre (UFAC), started the Project Economic Analysis Systems Basic Family Rural Production in the state of Acre (ASPF), in order to find three systems of production prevailing in the Valley of Acre, the extractive, agricultural and agroforestry. This study proposes to analyze and compare the performance of the socio-economic PAD's a good Expectative, located in the agricultural system, in the Vale of Acre, using as a reference the cycles of productive 1996/1997 and 2005 / 2006, by indicators of economic results suitable to the region. The results show that despite the apparent improvement in the income of households surveyed,

¹ Mestre em Extensão Rural, UFV. Pesquisadora do Projeto ASPF/Depto Economia-UFAC.

² Doutorando em Economia Aplicada, UNICAMP. Professor da Secretaria de Educação e Esporte do Governo do Estado do Acre.

³ Doutor em Economia Aplicada, UNICAMP. Professor Adjunto/ Depto Economia -UFAC

the share of income appropriate by the producers still inadequate for reproduction families in view their spending on the market, in addition to the reduction of economic efficiency between production units analyzed.

KEYWORDS: Agriculture family; Projects Assentamento Addressed; Economic Analysis

1. INTRODUÇÃO

As políticas desenvolvimentistas, implementadas na Amazônia, pelo Governo Federal, a partir da década de 60, determinaram os rumos da economia regional, uma vez que a atividade extrativista não interessava ao Governo Militar dominante na época. Este, dentre uma série de objetivos, empenhava-se em expandir a fronteira agrícola do país e promover o “desenvolvimento regional”. (ALLEGRETTI, 1989; COSTA FILHO, 1995)

A adoção de tais políticas desconsiderou as especificidades de uma região com a economia alicerçada numa base genuinamente extrativista, incentivando assim a implantação da pecuária extensiva. Nesse contexto, a terra que outrora garantia a subsistência da comunidade extrativista torna-se objeto de cobiça por parte de grandes empresários, grileiros e especuladores, passando a ser usada essencialmente como reserva de valor. (SILVA, 1990)

Os efeitos da ocupação desordenada da Amazônia, mais especificamente das terras acreanas, se revelaram devastadores, tendo em vista que extensas áreas de florestas foram derrubadas para dar lugar a campos de pastagens e um expressivo número de seringueiros migrou para áreas periféricas de Rio Branco, dilatando os bolsões de miséria da capital.⁴

É imprescindível mencionar que a substituição da atividade extrativista pela pecuária extensiva não ocorreu de forma pacífica. Na verdade, muitos seringueiros que permaneceram na floresta decidiram lutar pela posse da terra, pois não suportavam mais assistir a expulsão de seus familiares e amigos do lugar onde sempre viveram e de onde, até então, tiravam seu sustento. Dessa forma, surgiram os primeiros movimentos de resistência à expulsão e também de resistência à destruição da floresta e de tudo o que ela representava para eles.

Inicialmente, os referidos movimentos ocorreram de forma desorganizada, mas com o apoio da Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), logo o processo de resistência foi reforçado. Além disso, vale lembrar que a CONTAG foi primordial no processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, os quais se tornaram importantes instrumentos de reivindicação das populações tradicionais, ou seja, seringueiros, ribeirinhos e índios. (COSTA SOBRINHO, 1992)

⁴ Para discussões mais aprofundadas ver Hall (2000), Brasil (2001), Homma (1993) e Margulis (2000).

Ainda que a ação conjunta destas instituições tenha contribuído para minimizar os problemas de expropriação e especulação das terras acreanas, ela não foi suficiente para aniquilar com os focos de tensão instalados no campo. Deste modo, a partir de 1976, foram instalados os projetos de colonização no Acre, por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de assentar os seringueiros expropriados de suas terras e até mesmo atenuar a situação conflituosa instalada no Estado. (DUARTE, 1987).

Vale ressaltar que os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD'S) representavam não só a oportunidade de propiciar o acesso à terra, mas também de permitir o acesso à renda e o desenvolvimento da atividade agrícola, nos moldes da agricultura familiar. Ademais, conforme E. Souza (2002, p. 14) "as famílias ali instaladas estariam bem amparadas e longe da marginalização urbana".

A princípio, foram criados os PAD's Pedro Peixoto (1977), Boa Esperança (1977), Quixadá (1981) e Humaitá (1981), os quais serviram de modelo para Projetos posteriores. (SOUZA, E, 2002)

Todavia, a instalação de projetos de assentamento agrícolas não resolveu por si só a consternação dos seringueiros expulsos de suas propriedades, tendo em vista que nem todos os Projetos receberam a devida assistência do poder público, tolhendo a implementação de um sistema agrícola comunitário que garantisse a todos os PAD's oportunidades igualitárias de desenvolvimento.

Nesse sentido, conforme o projeto ASPF (2008) a pequena produção agrícola familiar das áreas de assentamento do INCRA experimenta os mais duros obstáculos para se consolidar nos moldes da chamada agricultura moderna. As condições edafo-climáticas, a infra-estrutura e o mercado não favorecem o seu desenvolvimento. Assiste-se, na verdade, a um processo acelerado de reconcentração da propriedade da terra nessas áreas.

A transformação dessa realidade, mediante a formulação de propostas e/ou implementação de políticas públicas de desenvolvimento só pode ser iniciada por meio do conhecimento empírico dessa realidade. Não pode haver transformação sem conhecimento. Por isso, os projetos de pesquisa e desenvolvimento são tão importantes e necessários para a construção de uma sociedade justa, igualitária e desenvolvida.

A carência de estudos sobre a situação sócio-econômica da produção familiar rural na Amazônia Ocidental, mais especificamente no estado do Acre, motivou o Projeto de Pesquisa Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre (ASPF), desenvolvido pelo Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre (UFAC) a pesquisar, a partir de 1996, os três sistemas de produção predominantes na região do Vale do

Acre⁵, ou seja, extrativista, agrícola e o agroflorestal. O objetivo principal do estudo era de realizar a análise econômica e sócio-cultural dos três sistemas de produção citados, formular alternativas de desenvolvimento sustentável e difundir os resultados, no Vale do Acre. (ASPF, 2008)

A partir de então, o referido projeto tornou-se uma importante referência de pesquisa sócio-econômica sobre a realidade rural no estado do Acre, tendo ampliado sua área de estudo para a região do Vale do Juruá, no ano de 2000. Atualmente, o projeto concluiu a reaplicação da pesquisa nas regiões do Vale do Acre e Juruá.

O presente artigo propõe-se a analisar e comparar o desempenho sócio-econômico dos PAD's Boa Esperança e Humaitá, situados no contexto do sistema agrícola, na região do Vale do Acre, utilizando como referência os ciclos produtivos 1996/1997 e 2005/2006. Destarte, busca-se contribuir nas discussões acerca da reforma agrária e projetos de colonização do INCRA, além de subsidiar as políticas públicas para a região de estudo.

2. MATERIAL E MÉTODO

2.1. Objeto de estudo

O objeto de estudo da presente pesquisa são os PAD's Boa Esperança e Humaitá. A seleção destas áreas para estudo deve-se pelo menos a dois motivos principais:

- A necessidade de analisar o desempenho econômico dos projetos com maior tempo de implantação, ou seja, os mais antigos;
- A necessidade de contemplar projetos com níveis diferenciados de desenvolvimento. Segundo Rêgo, Costa Filho e Braga (2003), a determinação dos níveis de desenvolvimento deveria obedecer a alguns critérios, tais como: volume de produção, infra-estrutura, organização social, acesso a políticas públicas e nível de tecnologia. Os referidos critérios de classificação somados ao *know-how* dos representantes e membros de associações de produtores, sindicatos, cooperativas, lideranças de trabalhadores rurais, organizações governamentais e não-governamentais foram decisivos para a classificação dos PAD's por nível de desenvolvimento. De acordo com os referidos critérios o

⁵ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Acre divide-se em duas micro-regiões: o Vale do Acre/Purus e o Vale do Juruá. O primeiro Vale é constituído pelos seguintes municípios: Rio Branco (capital do Estado), Assis Brasil, Manuel Urbano, Sena Madureira, Brasília, Xapuri, Plácido de Castro, Senador Guimard dos Santos (Quinari), Bujari, Porto Acre, Acrelândia, Capixaba, Epitaciolândia e Santa Rosa do Purus. O Vale do Juruá é formado pelos municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Mâncio Lima, Tarauacá, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves. (SOUZA C., 2002)

PAD Boa Esperança situa-se no estrato de baixo desenvolvimento, enquanto que o PAD Humaitá enquadra-se no estrato de alto desenvolvimento.

2.2. Características dos PAD's Boa Esperança e Humaitá

O PAD Boa Esperança foi criado pelo Decreto Nº 79.048, no ano de 1976, com área aproximada de 272.000 hectares (ha), onde foram assentadas inicialmente 972 famílias. De acordo com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária do INCRA (SIPRA, 2003) apud (SALDANHA, 2003), o PAD Boa Esperança atualmente conta com 275.914 ha, com capacidade para assentar 2.756 famílias. A sede do PAD Boa Esperança localiza-se “à margem esquerda da BR 364, à altura do km 16 no sentido Sena Madureira - Manoel Urbano. [...] As vias de acesso às glebas do PAD Boa Esperança são as estradas vicinais⁶ que são trafegáveis durante certa parte do ano e, por rios que compõem a bacia hidrográfica da região, sendo eles: Rio Iaco, Caeté, Macauã e seus importantes afluentes.” (SOUZA, E., 2002, p. 15)

O PAD Humaitá foi criado mediante a resolução de número 117 de 08 de agosto de 1981. Conforme E. Souza (2002, p. 17) “a área territorial que forma o PAD Humaitá é de 63.861 hectares, a qual é originária da desapropriação dos seringais Curupaity, Preferência, Boa União e Humaitá. Entretanto, todas estas localidades eram popularmente conhecidas por seringal Humaitá e, ao se instalar o Projeto de Assentamento Dirigido, este nome foi mantido.” A área do PAD localiza-se no município de Porto Acre (AC), a uma distância de aproximadamente 30 km da capital do Estado, Rio Branco, “assim sendo, é tangenciado por uma rodovia federal, a BR 317, que liga o município de Rio Branco ao de Boca do Acre-AM; por uma rodovia estadual, a AC 22, que une os municípios de Rio Branco e Porto Acre; além de uma via de acesso natural, isto é, o rio Acre, o qual também corta o imóvel e serve como importante ajuda para os pequenos produtores no momento de escoar sua produção ao mercado dos municípios vizinhos.” (SOUZA, E, 2002, p.18)

2.3. Metodologia

O presente estudo tem como referência metodológica os indicadores para a avaliação econômica da produção familiar rural no Acre, desenvolvidos e/ou adaptados pelo Projeto ASPF/Deptº de Economia/UFAC. (ASPF, 2008)

A análise referir-se-á ao exame das entradas (custos de produção) e saídas (resultados econômicos) das Unidades de Produção Familiares (UPF's), localizadas no âmbito dos PAD's Boa Esperança e Humaitá, considerando um período de 12 meses, ou seja, o ano agrícola dos produtores da região. Neste estudo, o período utilizado para análise sócio-econômica compreende dois ciclos produtivos,

⁶ Conforme Bueno (1986) trata-se de estradas ou caminhos que ligam povoações próximas.

1996/1997 e 2005/2006, possibilitando a análise da evolução do desempenho econômico desses dois Projetos de Assentamento. Vale ressaltar que os valores de 1996/1997 foram atualizados pelo coeficiente de atualização do Índice Nacional de Preços (INPC) de set/2006.

Os indicadores utilizados dividem-se em custos totais de produção, medidas de resultado econômico e medidas de eficiência ou relação, descritos a seguir.

2.3.1. Custos totais de produção

a) Custos totais de produção: são todos os encargos ou sacrifícios econômicos suportados pelo produtor para criar o valor total do produto. Referidos a um sistema de produção, [...], os custos equivalem ao valor monetário das entradas econômicas do sistema. Os custos totais compreendem a soma dos custos fixos (CF) e dos custos variáveis (CV). Os primeiros têm a sua magnitude independente do volume da produção, os segundos variam com o volume da produção. (ASPF, 2008)

Os **custos totais de produção (CT_s)** de um sistema de produção de uma unidade de produção familiar rural serão determinados pela fórmula:

$$CT = \underbrace{CF}_{CF_e + CF_c} + CV$$

Então os custos totais constituem:

$$CT = CF_e + CF_c + CV \quad (a.1)$$

$$\text{Fazendo } CF_e + CV = C_e \quad (a.1.1)$$

$$CT_s = C_e + CF_c \quad (a.1.2)$$

sendo:

CT_s = custos totais do sistema de produção

CV = custos variáveis

CF_e = custos fixos específicos

CF_c = custos fixos comuns

C_e = custos específicos

2.3.2. Medidas de resultado econômico

Consoante ASPF (2008), medidas de resultado econômico são índices que, dados os custos de produção, permitem medir o desempenho econômico do sistema de produção. Desempenho econômico é a diferença entre os valores de saída e os de entrada, as diversas relações entre valores de saída e de entrada e as flutuações dos valores de saída do sistema de produção.

Dentre estas medidas destacamos:

a) Renda bruta: o valor da produção destinada ao mercado, obtido pela fórmula:

$$RB = Q_m \times pp$$

Sendo que RB é a renda bruta; $Q_m = q_v + q_e$; Q_m é definida por quantidade do produto destinada ao mercado; q_v é a quantidade do produto vendida; q_e é a quantidade do produto do exercício em estoque; pp = preço unitário ao produtor.

- b) Renda líquida: é o valor excedente apropriado pela unidade de produção familiar, ou seja, a parte do valor do produto que fica com a unidade de produção familiar depois de serem repostos os valores dos meios de produção, dos meios de consumo e dos serviços (inclusive salários) prestados à produção. Neste sentido, ela não consiste em todo o acréscimo de valor que o produtor familiar faz aos meios de produção e de consumo, uma vez que a maior parte deste é apropriado por intermediários na comercialização dos produtos e na compra de insumos e bens de consumo. É calculada pela fórmula:

$$RL = RB - DE$$

Assim RL é definida por a renda líquida; RB é a renda bruta; DE são as despesas efetivas.

A renda líquida é o primeiro indicador de eficiência econômica e das possibilidades de reprodução da unidade de produção familiar. Se $RL \geq 0$ a unidade de produção familiar se reproduz sem afetar o seu patrimônio. Se $RL < 0$ a unidade de produção familiar só se reproduz com perda de patrimônio. Será calculada apenas para o conjunto da unidade de produção familiar.

- c) Lucro da Exploração: é o chamado lucro puro. É a fração da renda bruta que fica disponível depois de o produtor ter pago todos os custos reais, de ter atribuído as remunerações julgadas normais (custos de oportunidade) aos fatores utilizados, mas não pagos: o seu próprio trabalho (executivo e gerencial), o trabalho familiar, os seus próprios capitais; e de ter reservado determinada quantia para fazer face a prováveis riscos. É determinado também para o conjunto da unidade de produção familiar mediante a fórmula:

$$LE = RB - CT$$

Desta forma LE é o lucro da exploração; RB é a renda bruta; CT são os custos totais.

- d) Margem bruta familiar: é o resultado líquido específico e próprio para indicar o valor monetário disponível para a subsistência da família, inclusive uma eventual elevação do nível de vida, se o montante for suficiente. A sua magnitude incorpora a parcela de valor do produto correspondente ao consumo familiar obtida por via do mercado. Em situações favoráveis, poderá ser suficiente para ressarcir custos fixos, especialmente as exigências mínimas de reposição do patrimônio. Cumpridas estas funções, a disponibilidade restante pode ser usada como capital de giro.

$$\mathbf{MBF = RB - (CV - C_{ff})}$$

Sendo RB a renda bruta; CV os custos variáveis; C_{ff} o custo real da força de trabalho familiar.

- e) Nível de vida: é a totalidade do valor apropriado pelo produtor familiar, inclusive valores imputados, deduzidas as obrigações financeiras com empréstimos. É, portanto, o valor que determina o padrão de vida da família.

$$\mathbf{NV = (MBF + AC + C_{jcc}) - AA}$$

Assim AC é o autoconsumo (valor monetário dos bens produzidos e consumidos na própria unidade produtiva); C_{jcc} são os juros imputados ao capital circulante; AA são as amortizações anuais de empréstimos

2.3.3. Medidas de eficiência ou relação

Os índices de eficiência analisados foram:

- a) Índice de Eficiência Econômica: é a relação que indica a capacidade de a unidade de produção familiar gerar valor por unidade de custo. É um indicador de benefício/custo do conjunto da unidade de produção. Além disso, serve como referencial para comparação de desempenho e verificar a possibilidade de as unidades de produção familiares realizarem lucro e, por consequência, acumularem. O índice é determinado pela fórmula:

$$\mathbf{IEE = RB/CT}$$

Quando IEE > 1, a situação é de lucro; se IEE < 1, a situação é de prejuízo; e se IEE = 1, a situação é de equilíbrio.

- b) Relação MBF/RB: é a relação mais apropriada para medir a eficiência econômica da produção familiar, pois mostra que proporção de valor a unidade de produção tornará disponível para a família por cada unidade de valor produzido. Em outros termos, que percentagem de renda bruta a unidade de produção é capaz de converter em margem bruta familiar. Uma relação superior a 50% é considerada favorável. Pode ser determinada para a unidade de produção e para as linhas de exploração.
- c) Relação MBF/Qh/d: é o índice de remuneração da força de trabalho familiar. Mostra a quantia de margem bruta gerada por unidade de trabalho familiar (1 h/d = 1 jornada de trabalho). O valor deve ser comparado com o preço de mercado da força de trabalho.
- d) Termo de Intercâmbio: é a relação entre o valor dos bens de consumo comprados e o valor total da produção. O primeiro corresponde ao valor real da força de trabalho familiar. É calculada para o conjunto da unidade de produção familiar por meio da fórmula:

$$TI = V_{bcc}/RB$$

Onde TI é o termo de intercâmbio; V_{bcc} é o valor dos bens de consumo comprados; e RB é a renda bruta total

O termo de intercâmbio indica quantas unidades monetárias de bens de consumo, adquiridos no mercado, a unidade de produção precisa para gerar uma unidade monetária de renda bruta. Em outras palavras, qual a proporção da renda bruta, em bens de consumo, precisa ser gasta para gerar o valor total da produção. Essa relação revela, aproximadamente, em que medida o excedente produzido pelo pequeno produtor está sendo apropriado na circulação, isto é, a montante e a jusante do processo de produção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisarmos os dados da tabela 1, verificamos que no ano agrícola 1996/1997, os produtos que tinham maior participação na renda bruta total do PAD Boa Esperança, eram aqueles de origem agrícola (60,1%), destacando-se a produção de arroz (15,3%), feijão (14,8%), macaxeira (10,8%) e milho (7%). Por outro lado, as criações participavam com um percentual de 35,1% na renda, com grande destaque para a criação de bovinos (24,4%).

Comparando estes resultados com os alcançados no ano agrícola 2005/2006, constatamos que houve um expressivo crescimento da participação das criações no conjunto da renda bruta, evoluindo de um percentual de 35,1% para 48,2%. Este fato pode ser explicado pelo reduzido custo de produção despendido nesta atividade, pelo menos se comparado às demais atividades, como consequência direta da sua prática em escala da pequena produção familiar.

Em contraposição, os produtos agrícolas reduziram sua participação na renda de 60,1% para 45,1%. Dentro do setor agrícola, percebe-se a redução na dependência dos produtos de lavoura branca (arroz, feijão, milho e mandioca) e um crescimento na renda bruta total de produtos como a macaxeira (17,2%), matéria-prima essencial para a produção de farinha de mandioca do Estado, e café (13,8%), também em crescente expansão, tendo em vista a presença de indústrias de café no Acre. De modo geral, percebe-se certo equilíbrio na participação dos dois setores (criações e agrícola) na renda bruta total do PAD Boa Esperança, diferente do dado apresentado para o ano 1996/1997.

Não obstante, observa-se que, devido aos baixos rendimentos oriundo das produções agrícolas, há uma tendência à pecuarização das UPFs do referido PAD. Porém, esse não é um caminho frutífero, uma vez que as dimensões produtivas e os reduzidos investimentos familiares são incompatíveis com a pecuária extensiva produzida em larga escala, como é praticada pela produção patronal em toda a Amazônia.

Conforme os dados da tabela 2, verificamos que no ano agrícola 1996/1997, a atividade de criação de animais foi a que apresentou maior participação na renda bruta total do PAD Humaitá, com um percentual de 69,1%, do qual 60,5% referiam-se especificamente à criação de bovinos. As demais criações apesar de terem exercido certa representatividade assumiram um caráter complementar na renda bruta total. Em contrapartida, os produtos de origem agrícola tiveram uma participação inferior na renda bruta total, com 26,9%, destacando-se o cultivo de macaxeira (8,4%) e banana (5,3%).

Fazendo uma análise da evolução da participação dos produtos na renda bruta total do PAD Humaitá constata-se que no período 2005/2006 ainda ocorre o predomínio das criações, sobretudo bovinas, no conjunto da renda do assentamento. Porém, comparado ao ano 1996/1997, essa atividade sofre uma redução de aproximadamente 14% na participação da renda total, em escala reduzida no caso das criações bovinas e em proporção significativa no caso da criação de porcos.

Tabela 1.– Evolução da participação dos produtos na Renda Bruta Total do PAD Boa Esperança

Descrição	% Renda Bruta	
	1996/1997	2005/2006
Criações	35,1%	48,2%
Criação de Bovinos	24,4%	38,9%
Criação de Porcos	4,9%	5,3%
Criação de Aves	4,5%	2,1%
Outras	1,3%	1,9%
Agricultura	60,1%	45,1%
Arroz	15,3%	5,2%
Feijão	14,8%	3,4%
Macaxeira	10,8%	17,2%
Milho	7,0%	3,1%
Banana	3,8%	1,7%
Cana	3,3%	0,0%
Café	1,8%	13,8%
Outras	3,3%	0,7%
Extrativismo	4,8%	6,6%
Madeira	2,5%	2,7%
Castanha	2,3%	3,7%
Borracha	0,0%	0,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto ASPF/ Dept° Economia/ UFAC.

Essa redução da participação das criações no somatório da renda pode estar, por um lado, diretamente relacionado aos limites físicos das propriedades em termos de área disponível para a criação de bovinos, haja vista que muitos

produtores esbarram na legislação ambiental (em particular relacionado à reserva legal de florestas) para a ampliação da produção de bovinos.

Por outro lado, verifica-se um maior processo de diversificação produtiva – tal como consequência dos limites físico à pecuária extensiva – em virtude do aumento da participação de produtos agrícolas na mesma (variando de 27% para 37,5%), tendo como condutores desse crescimento produtos como macaxeira, que teve uma variação substancial de 8,4% para 19,5%, milho, abacaxi e maracujá, que apresentaram um grau de crescimento mais sutil.

Tabela 2. – Evolução da participação dos produtos na Renda Bruta Total do PAD Humaitá

Descrição	% Renda Bruta	
	1996/1997	2005/2006
Criações	69,1%	59,2%
Criação de Bovinos	60,5%	56,3%
Criação de Porcos	5,6%	0,8%
Criação de Aves	2,4%	2,0%
Outras	0,6%	0,1%
Agricultura	27,0%	37,5%
Macaxeira	8,4%	19,5%
Banana	5,3%	1,1%
Mamão	3,8%	1,0%
Feijão	2,2%	1,1%
Arroz	1,8%	0,3%
Milho	1,3%	5,8%
Abacaxi	0,0%	2,6%
Maracujá	0,8%	1,6%
Outras	3,4%	4,5%
Extrativismo	3,9%	3,3%
Madeira	2,1%	0,0%
Carvão	1,6%	3,0%
Outras	0,2%	0,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto ASPF/ Dept° Economia/ UFAC.

De acordo com os indicadores apresentados na tabela 3, verifica-se que as Unidades de Produção Familiar (UPF's) do PAD Boa Esperança, no período 1996/1997, apresentaram um desempenho econômico insatisfatório, verificado no resultado negativo do lucro da exploração, o qual indica que a renda líquida (excedente) obtido pelo pequeno produtor foi insuficiente para remunerar os capitais próprios, inclusive a terra e ainda destinar uma parte restante para acumulação. Este resultado se confirma no índice de eficiência econômica, o qual revela que para cada unidade monetária gasta no processo produtivo, foi obtido um retorno inferior (R\$ 0,93).

A análise dessas medidas é reforçada pela Margem Bruta Familiar, que consiste na medida de resultado econômico mais adequada para analisar o desempenho econômico das UPF's, uma vez que ela mostra o valor monetário apropriado pela família, que estarão disponíveis para a aquisição de bens e serviços no mercado e reposição de capitais fixos. A MBF obtida pelo produtor do PAD Boa Esperança (1996/1997) correspondeu a R\$ 193,43/mês. No entanto, esse valor só foi suficiente para adquirir os bens e serviços no mercado, não sendo possível cumprir com as demais funções dessa medida de resultado. Para que isso ocorresse seria necessário que o produtor se apropriasse de uma MBF de R\$ 345,63/mês, sendo R\$ 186,83 destinado para a compra de mercadorias e R\$ 158,80 para a reposição de capitais fixos. Estes resultados revelam que aqueles produtores que tiveram necessidade de obter esse valor certamente perderam patrimônio no processo de reprodução do capital.

Observando os dados obtidos no mesmo projeto de assentamento, no ano 2005/2006, constatamos que apesar de ter ocorrido algum crescimento na renda bruta e líquida das UPF's, em relação ao período anterior, o desempenho econômico reduziu acentuadamente, conforme indicado no lucro da exploração e no índice de eficiência econômica. Esse acontecimento pode ser explicado pela duplicação do custo total de produção (tabela 3), reflexo do crescimento dos custos fixos, demonstrando que os produtores rurais possivelmente elevaram o seu nível de capitalização, por meio da obtenção de máquinas, equipamentos e ferramentas. Além disso, esses dados corroboram o crescimento percentual apresentado, na tabela 1, quanto à participação da criação de bovinos, produção de macaxeira e café na renda bruta total, que provavelmente exigiu a realização de algum investimento nas unidades produtivas desse assentamento.

Neste mesmo ano de referência, a MBF/mês apresentou um pequeno crescimento, contudo o valor obtido cobriu apenas um terço do necessário para a obtenção dos bens e serviços no mercado, situação vivida por 91% dos produtores rurais. A MBF só seria suficiente para cumprir com todos os seus papéis se o seu valor fosse de R\$ 952,79/mês, dos quais mais de 60% seria para a compra de bens e serviços e os 40% restante para a reposição de capitais fixos.

Esse aumento na compra de bens e serviços, comparando os dois anos de análise, reflete na redução do autoconsumo, valor monetário dos bens produzidos e consumidos na própria unidade de produção, na proporção de R\$ 315,47/mês para R\$ 217,19/mês; e aumento do termo de intercâmbio, que indica quanto da renda bruta está sendo gasto na compra de alimentos, vestuários, serviços, etc., na proporção de 0,67 para 2,54.

Após a análise do perfil de produção e dos resultados econômicos do PAD Boa Esperança, nos anos agrícolas considerados, percebe-se que neste projeto

predominaram as atividades relacionadas à agricultura, ainda que a criação de bovinos tenha elevado sua participação, enquanto que no Humaitá se sobressaíram as criações de animais, especificamente a de bovinos, demonstrando assim uma significativa diferença na vocação produtiva desses projetos de assentamento.

Tabela 3.- Análise Econômica por Unidade de Produção Familiar (UPF) - PAD Boa Esperança

Indicadores de Resultado e Eficiência	Unidade	1996/1997*	2005/2006*
Renda Bruta	R\$/mês	245,02	263,05
Renda Líquida	R\$/mês	36,26	60,99
Lucro da Exploração	R\$/mês	-41,60	-201,95
Margem Bruta Familiar	R\$/mês	193,43	221,26
Autoconsumo	R\$/mês	315,47	217,19
Nível de Vida	R\$/mês	524,68	445,27
Índice de Eficiência Econômica	Und.	0,93	0,64
MBF/RB	%	0,87	0,87
MBF/Qh/d	R\$/(H/D)	12,13	20,24
Termo de Intercâmbio	Und.	0,67	2,54
Custos de Produção			
Custo Total	R\$/mês	297,20	446,04
Custo Variável	R\$/mês	115,90	98,90
Custo Fixo	R\$/mês	158,80	338,91

Fonte: Projeto ASPF/ Dept° Economia/ UFAC. *Mediana

Esse diferencial influi diretamente na eficiência econômica das unidades produtivas dos referidos projetos, uma vez que o manejo dessas atividades exige níveis diferenciados de utilização de insumos e materiais e também de dispêndio de energia humana. No que concerne à agricultura, alguns elementos podem ser relacionados como inibidores da sua eficiência, se comparada à criação de animais, tais como: custo de produção mais elevado, tendo em vista a maior necessidade de aquisição de insumos e materiais; baixo nível de produção e produtividade (reflexo do baixo nível de tecnologia); concorrência com os produtos industrializados.

A partir deste momento, estaremos analisando o desempenho econômico das UPF's do PAD Humaitá, tendo como ano de referência os mesmos períodos considerados anteriormente. Iniciando pelo ano agrícola 1996/1997 verifica-se que as unidades produtivas obtiveram um desempenho econômico satisfatório (tabela 4), percebido no resultado positivo do lucro de exploração e no valor do índice de eficiência econômica, demonstrando uma situação de lucro.

A referida eficiência confirma-se, ainda, pela MBF no valor de R\$ 465,78/mês, que demonstrou ser capaz de cobrir as despesas com bens e serviços comprados e também com mais de 50% do valor necessário para a reposição dos capitais fixos, situação experimentada por 66% dos produtores rurais. Neste caso, para a aplicação completa da MBF seria necessário adicionar apenas R\$ 126,74/mês ao seu valor.

Examinando os indicadores do mesmo projeto de assentamento, no ano 2005/2006, encontra-se uma situação semelhante à que ocorreu no PAD Boa Esperança, ou seja, um crescimento ínfimo na renda bruta (tabela 4), porém um mais significativo na renda líquida, com a diferença que no PAD Humaitá constata-se uma situação de lucro, conforme o lucro da exploração e o índice de eficiência econômica.

Outra semelhança concerne ao crescimento do custo total, sobretudo do custo fixo, sinalizando também a elevação do nível de capitalização dos produtores rurais do Humaitá, contudo não como fruto da expansão da pequena produção pecuária, mas como resultado do crescimento de atividades como produção de macaxeira e milho. No entanto, comparando os dois momentos históricos do Humaitá percebe-se que houve um declínio na eficiência econômica das unidades produtivas neste último período de análise.

No que tange ao valor da MBF/mês, averigua-se um crescimento em torno de 30% entre o período 1996/1997 e 2005/2006. Todavia, o valor mensal passa a ser suficiente apenas para a compra de bens e serviços, sendo uma pequena parcela destinada para a aquisição de capitais fixos, situação em que se encontrava 52% dos produtores rurais. Desta forma, a aplicação completa da MBF exigiria a complementação em R\$ 481,74/mês no seu valor. Essa variação no valor da margem bruta familiar indica uma redução do poder de compra do produtor rural.

Entretanto, mesmo com essa redução na MBF, mantém-se o crescimento do termo de intercâmbio, indicando que de uma unidade de renda bruta obtida por mês foi gasto R\$ 0,77 na aquisição de mercadorias e serviços.

Tabela 4 - Análise Econômica por Unidade de Produção Familiar (UPF) - PAD Humaitá

Indicadores de Resultado e Eficiência	Unidade	1996/1997*	2005/2006*
Renda Bruta	R\$/mês	687,72	700,00
Renda Líquida	R\$/mês	176,30	483,15
Lucro da Exploração	R\$/mês	84,74	10,71
Margem Bruta Familiar	R\$/mês	465,78	603,93
Autoconsumo	R\$/mês	282,27	122,38
Nível de Vida	R\$/mês	858,67	733,13
Índice de Eficiência Econômica	Und.	1,39	1,05
MBF/RB	%	0,87	0,88
MBF/Qh/d	R\$/(H/D)	32,56	75,40
Termo de Intercâmbio	Und.	0,38	0,77
Custos de Produção			
Custo Total	R\$/mês	553,43	700,48
Custo Variável	R\$/mês	231,32	181,96
Custo Fixo	R\$/mês	311,25	533,51

Fonte: Projeto ASPF/ Deptº Economia/ UFAC. *Mediana

Outro fator importante a ser analisado refere-se à MBF/Q/h/d que representa o índice de remuneração da força de trabalho familiar, ou seja, a quantia de margem bruta familiar gerada por unidade de trabalho familiar, constituindo-se em um componente importante de análise econômica. Para sua melhor compreensão deve ser comparada ao valor da diária pago na região.

No caso do PAD Boa Esperança, no ano 1996/1997, a MBF/Q/h/d encontrada foi de R\$ 12,13, que comparada à diária da região de R\$ 13,00 (atualização monetária da diária da época) compensaria mais empregar a força de trabalho fora da unidade produtiva. No período de 2005/2006, a MBF/Q/h/d foi de R\$ 20,24, que comparada à nova diária da região de R\$ 20,00, seria muito mais vantajoso o emprego da mão de obra na unidade produtiva, pois geraria mais unidade de margem bruta familiar.

Por outro lado, o PAD Humaitá, no ano 1996/1997 apresentou uma MBF/Q/h/d de R\$ 32,56, bem superior à diária da época de R\$ 13,00. No ano agrícola 2005/2006 a MBF/Q/h/d foi elevada para R\$ 75,40, que comparada ao valor pago a um diarista (R\$ 20,00) não seria vantajoso trabalhar fora da unidade produtiva.

4. CONCLUSÕES

A análise comparativa de dois ciclos produtivos dos PAD's Boa Esperança e Humaitá permitiu conhecer as mudanças ocorridas nestes assentamentos, num espaço de tempo de aproximadamente dez anos.

Pelos dados analisados, percebe-se que o Projeto Boa Esperança, caracterizado tradicionalmente pelo desenvolvimento de atividades agrícolas, tende para a expansão da pequena produção pecuária, sem, no entanto perder sua característica agrícola, tendo em vista o próprio crescimento da participação do produto macaxeira, desta origem, na renda bruta total. Isso reflete diretamente na ineficiência econômica de suas UPF's, uma vez que a expansão de uma nova atividade naturalmente traz consigo o peso de maiores investimentos e, portanto maiores custos, além, claro, dos limites físicos das UPF's

No que se refere ao Projeto Humaitá, tradicionalmente caracterizado pela pequena produção pecuária, ocorre uma pequena retração dessa atividade e uma expansão da participação dos produtos milho e macaxeira na renda bruta total, sobretudo este último. Verifica-se, então, da mesma forma que no Projeto Boa Esperança, um crescimento no conjunto dos custos, especificamente nos custos fixos, demonstrando uma elevação no nível de capitalização dos produtores. Porém, diferentemente daquele, essa variação nos custos possivelmente foi fruto da expansão de atividades agrícolas que tenham exigido a construção de benfeitorias e/ou aquisição de equipamentos. Como consequência, as UPF's desse projeto que

apresentavam grande eficiência econômica tiveram uma significativa redução, contudo, sem comprometer que ainda permanecessem eficientes.

A vantagem econômica do Projeto Humaitá sobre o Projeto Boa Esperança pode ser explicada, em parte, pelas condições estruturais (vias de acesso em melhores condições, eletrificação no meio rural), maior grau de capitalização e ainda pela proximidade do município de Rio Branco, maior mercado do Estado, que possibilita intensa relação de compra e venda com este assentamento. Por outro lado, os produtores do PAD Boa Esperança, por questões relacionadas ao isolamento geográfico, têm dificuldade de escoar a produção (perecível) e sua relação mais intensa com o mercado se dá pela aquisição de bens (não perecíveis). Dessa forma, ficam prejudicados quanto ao aspecto da comercialização, dificultando a realização da produção.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **Pará Desenvolvimento**. Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, n.25, p. 3-29, jan./dez. 1989.

ASPF - **Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre. 2008**. Disponível em: < <http://www.ufac.br/projetos/aspf/index.htm>>. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 5-28.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. **Reserva Extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida**. 1995. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1995.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez - Universidade Federal do Acre, 1992. 189p.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987, 134p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1986.

HALL, Anthony (ed.). **Amazonia at the Crossroads: The challenge of sustainable development**. London: ILAS, 2000b. p. 99-114

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: Limites e oportunidades**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202 p.

MARGULIS, Sergio. **Quem são os agentes dos desmatamentos na Amazônia e por que eles desmatam?** Brasília: Banco Mundial, 2000.

RÊGO, J. F.; COSTA FILHO, O. S.; BRAGA, R. A. da R. (Editores). **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre – 1996/1997**. Rio Branco: UFAC/SEBRAE/The Ford Foundation, 2003. 80p.

SALDANHA, Cláudia Lima. **Agricultura Familiar e Desigualdade**: Análise do Nível de Pobreza do Sistema de Produção Agrícola do Vale do Acre. Rio Branco: UFAC, 2003. 70 p. (monografia de graduação apresentada ao Departamento de Economia da UFAC).

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do acre**: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1990, 79 p. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – CEDEPLAR/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002. 212p.

SOUZA, Elyson Ferreira de. **Análise Comparativa dos Custos Totais de Produção dos PAD's Boa Esperança e Humaitá**. Monografia para obtenção do título de bacharel em Economia, Universidade Federal do Acre – UFAC, 2002, 53 p.